



ENTRE EQUIDADE E EXCLUSÃO DIGITAL: DESAFIOS DA PSICOTERAPIA ONLINE NO ACESSO À SAÚDE MENTAL

**Sandra Maria Pereira da Silva¹; Amanda Helen Nascimento Bezerra²; Yarytzza
Lucena do Nascimento³; Cleice Drielle de Oliveira Cavalcanti⁴**

¹ Aluna do curso de Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau. E-mail:sandrapereira.psico@gmail.com

² Aluna do curso de Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau. E-mail:helenamanda87@gmail.com

³ Aluna do curso de Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau. E-mail:tyzza1006@gmail.com

⁴ Orientador(a): Professora universitária do Centro Universitário Maurício de Nassau. E-mail:psi.driellecavalcanti@gmail.com

RESUMO: Na contemporaneidade, a sociedade foi impactada pela pandemia da Covid-19, ocasionando mudanças nas interações sociais, incluindo o cuidado com a saúde mental, que migrou do setting terapêutico tradicional para o digital. Destaca-se que essa modalidade de atendimento psicológico já possuía fundamentação no Conselho Federal de Psicologia (CFP), normatizada pela Resolução CFP n. 11/2018, a qual amplia o acesso ao exercício clínico e promove a democratização do serviço por meio das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Entretanto, fatores socioeconômicos e a desigualdade digital limitam as possibilidades inclusivas da telepsicologia, uma vez que variáveis como a falta de conexão estável, a ausência de ambiente privativo e o acesso restrito a dispositivos configuram barreiras ao acesso. Além disso, tais limitações transcendem a esfera tecnológica, comprometendo o sigilo e a qualidade do vínculo terapêutico, que pode se tornar fragmentado diante da maior vulnerabilidade do setting. Diante dessa ambiguidade, o presente estudo tem como objetivo analisar o conflito entre a equidade proposta pela regulamentação e a exclusão vivenciada na prática. Para tanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio de revisão de literatura nas bases SciELO e Google Acadêmico. O estudo adota o método dedutivo, com análise de estudos científicos nacionais e internacionais. A amostra foi composta por 6 artigos (n=6), selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão: publicações entre 2022 e 2025, em diferentes idiomas, que abordassem a prática clínica, os aspectos éticos da psicoterapia online, bem como contemplassem suas potencialidades e limitações. Foram excluídos estudos fora do recorte temporal ou que não tratavam da prática clínica. A análise foi conduzida sob uma perspectiva ética, clínica e social da psicoterapia online, considerando os preceitos éticos do Conselho Federal de Psicologia, conforme a Resolução CFP nº 11/2018. Os resultados indicam que a psicoterapia em plataformas digitais apresenta eficácia clínica equivalente às

sessões presenciais, especialmente no tratamento de ansiedade e depressão. No entanto, essa eficácia depende de fatores como o letramento digital dos usuários e a estabilidade tecnológica, que podem impactar o acesso e a continuidade do tratamento. Nesse contexto, a mediação digital favorece a continuidade do vínculo terapêutico em situações de mobilidade, como mudanças de cidade, e amplia a inclusão de indivíduos com resistência ao atendimento presencial em decorrência de estigmas sociais, fobias ou experiências de discriminação. Ademais, a flexibilidade de horários contribui para a adesão de sujeitos com rotinas laborais intensas. Por outro lado, a ampliação da psicoterapia online não garante equidade no acesso, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social. Desigualdade econômica, baixo letramento digital, acesso limitado às tecnologias e ausência de espaço privativo comprometem a eficácia desse modelo e podem interferir na confidencialidade do atendimento. Além disso, a expansão das plataformas digitais suscita questões éticas relevantes, sobretudo no que se refere à regulamentação profissional e à proteção de dados dos usuários. Nesse sentido, o estudo reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão digital, à educação tecnológica e ao fortalecimento das regulamentações, a fim de evitar a reprodução das desigualdades sociais no ambiente virtual.

Palavras-chave: Psicoterapia Online; Exclusão Digital; Ética Profissional; Vínculo Terapêutico.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução 11, de 11 de maio de 2018. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação. Brasília: CFP, 2018. Disponível em: https://crpms.org.br/wpfd_file/resolucao-cfp-11-2018/. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRASIL, Anderson de Oliveira; BORBA, Jean Marlos Pinheiro. Aporte teórico legal do atendimento psicológico on-line no Brasil. **Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity**, Belém, PA, v. 15, n. 2, p. 1–100, 2023. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/nufen/article/view/23859>. Acesso em: 20 abr. 2026.

GOMES, Camila Paula de Barros. A exclusão digital como forma de violação dos direitos humanos. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá, GO, v. 12, n. 4, p. 337–350, 2023. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/pt_BR/article/view/14682. Acesso em: 24 mar. 2026.

MARQUES, Luísa Gianoni **et al.** Psicoterapia on-line: regulamentação e reflexo nas plataformas de atendimento. **Revista Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, MG, v. 16, n. 3, p. 1–25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/32168>. Acesso em: 23 mar. 2026.

NASCIMENTO, Paulo Victor Santos **et al.** Psicoterapia on-line como vetor de equidade e saúde mental. **Revista PPC: Políticas Públicas e Cidades**, Curitiba, PR, v. 14, n. 3, p. 1–16, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1915>. Acesso em: 24 mar. 2026.

ROCHA, Sabrina Andrade; FARINHA, Marciana Gonçalves. Psicoterapia on-line: ampliações e limitações do setting terapêutico. Aceno: **Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, MT, v. 11, n. 27, p. 367–382, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/16835>. Acesso em: 23 mar. 2026.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; MOREIRA, Mayume Caires; VIEIRA, Ana Elisa Silva Fernandes. As pessoas e grupos em exclusão digital: os prejuízos ao livre desenvolvimento da personalidade e a tutela dos direitos da personalidade. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo, RS, v. 18, n. 45, p. 3–17, 2023. Disponível em: <https://revistas.san.uri.br/revistas/index.php/direitosculturais/article/view/1129/625>. Acesso em: 24 mar. 2026.